

Educação e cidadania na perspectiva da cidade educadora: um estudo a partir de Frederico Westphalen

Ophélia S. Buzatto Paetzold

ophelia@fw.uri.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação da UNISINOS, RS

Resumo

Este artigo objetiva refletir a construção da cidadania, considerando a educação como processo que permite ao indivíduo tornar-se cidadão. Assegurar a educação para todos é fazer justiça social: garantir o direito de ter direitos. Essas premissas mostram os desafios que a escola e a educação enfrentam na tarefa de formar cidadãos que, numa proposta de cidade educadora, num mundo globalizado, são ou devem ser atores de inclusão social, de participação emancipatória, porque capazes de ligar grupos sociais a projetos educativos. Nesta acepção a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não. Assim, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura embasada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações. Sob esse enfoque, tão presente nos princípios de uma Cidade Educadora e de uma Escola Cidadã, apresentamos as demais partes deste artigo.

Palavras-chave: cidadania // cidade educadora // educação

Abstract

This article has as goal, to reflect the reconstruction of the citizenship, considering the education as a process that allows the individual to become citizen. To assure the education for everybody is to do social justice: to guarantee the right of having rights. Those premises show the challenges that the school and the education face in the task of forming citizens that, in an educating city, in a world without borders, are or should be actors of social inclusion, of participation in emancipation, because are capable to tie social groups to educational projects. In this sense to the education doesn't just happen in the spaces of formal education, but it results from the experiences lived in all the spaces of the city for the action of the group of the government organizations or not. Then, the public power and the society, in an articulate way, perform its educating function in the search of the construction of a culture based in the solidarity among individuals, people and nations. Under that focus, so present in the beginnings of an Educating City and of a citizen school, we presented the other parts of this article.

Key-words: citizenship // educating city // education

Introdução

O Plano Decenal de "Educação para Todos" (MEC, 1993) destaca a qualidade do Ensino Fundamental como a grande possibilidade para a *Construção da Cidadania*, devendo a Escola contar com a participação da comunidade, ajudando em sua melhoria, exigindo uma Educação de Qualidade. Este documento será analisado como subsídio para discutir a possibilidade de transformar Frederico Westphalen – Cidade do Rio Grande do Sul – Brasil, com 26.759 habitantes em Cidade Educadora, partindo dos dados divulgados pelo UNICEF e pelo MEC, apontando déficits elevados no desempenho no Ensino Fundamental, problema que se arrasta ao longo dos anos, no país, que, em parte, refletem na comunidade, prejudicando a qualidade de vida de muitos, a vivência da cidadania e as perspectivas de um futuro mais fraterno.

A cidadania deverá ser um elemento propulsor do processo de articulação da política educativa com outras políticas sociais.

Cabe, de início, perguntar: Quem é responsável pela prática da cidadania? O Estado que deverá garantir a "igualdade" para todos, perante a Lei, reconhecendo que o cidadão tem direitos e deveres inalienáveis (políticos, econômicos e culturais)?

A ausência dos direitos de cidadania permeia toda a história da educação brasileira. - Uma educação seletista, classista, como oportunizará a vivência de princípios de igualdade social, de liberdade e participação, garantindo oportunidade a todos?

Esta questão exige ampla e urgente "reflexão-ação" na escola, onde o social/cultural deve caracterizar o "preparo" do aluno, especialmente da Educação Básica e não apenas do ensino fundamental (PNE, 2001) em sua formação como pessoa e como membro de uma comunidade participativa, solidária e feliz.

Isso implica em profundo compromisso do professor com seus alunos, do poder público com sua comunidade no que, sem dúvida, terá na Universidade e em outras Instituições de educação formal ou informal, uma parceria permanente e expressiva.

A escola não é apenas fonte de saber, mas lugar adequado, por excelência, para a "formação da cidadania". Nela o estudo histórico ajuda o professor a contribuir para que seu aluno "construa" sua identidade e exerça a cidadania, vivenciando uma auto-estima fundamental para sua realização pessoal, no grupo e no meio social.

Por isso, desde criança o aluno deve "construir" sua história de participação.

O caminho a ser percorrido para a cidadania, mesmo sob a vigência da Constituição Federal de 1988, ainda é longo. Discute-se, na escola, abertamente essa questão, mas os docentes devem investir mais na prática da mesma, exercitando a participação efetiva do aluno, variando estratégias e valorizando mesmo pequenas conquistas, dentro e fora da escola.

Nunca se discutiu tanto cidadania como hoje. E, nesta discussão, a ascensão da democracia e a vivência cada vez mais acentuada desse direito humano, passam pela educação, como instância primeira, fundamental. É, pois, uma conquista pela participação provocada pela educação – direito de “todos”, pois “educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres”. (Demo, 1999, p. 52)

Esse sujeito, referido por Demo, estudante ou não, tem potencialidades para ajudar a cidade a ser um espaço relevante de educação e cidadania. Em outras palavras: ser uma Cidade Educadora.

Para isso, na expectativa da participação dos Poderes Executivo e Legislativo e de diversas instituições não formais e formais, é imprescindível responder à questão:

- É possível, através da análise dos Princípios expressos na Carta de Barcelona, tecer uma pré-proposta para aglutinar a comunidade em espaços pedagógicos e “construir” a Cidade Educadora de Frederico Westphalen, garantindo que o cidadão, pelo viés, sobretudo da participação, se sinta realmente parte integrante e ativa de uma Cidade Educadora? Quem, por quem e por onde começar?

Para esse intento, os objetivos e ações, que seguem, devem ser prioridades:

a) estudar os Princípios das Cidades Educadoras, conscientes de que, conforme (Gadotti et al, 2004, p 12): o grande desafio do século XXI é “investir” na educação, no desenvolvimento de cada pessoa, de modo que esta seja cada vez mais capaz de expressar, afirmar e potencializar suas capacidades e de se sentir, ao mesmo tempo, membro de uma sociedade capaz de diálogo, de fazer frente à injustiça e de ser solidária;

b) analisar experiências exitosas de Cidades Educadoras como instrumento propulsor, para ajustar o impulso educativo da cidade, já perceptível em diversas iniciativas locais, procedendo, via Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o registro de todas as modalidades de educação formal e as diversas manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade, que se produzem na cidade;

c) sugerir um Fórum Permanente de estudos sobre Cidade Educadora em parceria com a SMEC, outros setores dos poderes Executivo e Legislativo locais, estimulando indivíduos e associações culturais, via diálogo, a integrarem-se nesses estudos, percebendo que “uma de suas prioridades é o investimento cultural e a formação permanente de sua população” (Gadotti et al/ 2004, p.12);

d) sob o impacto positivo do papel social da universidade (URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen/RS), na perspectiva de uma Escola Cidadã e de uma Cidade Educadora, partindo de seus projetos: URIARTE, Fórum Regional Interdisciplinar sobre o Perfil do Idoso, Pólo de Modernização Tecnológica, AABB - Comunidade, Alfabetização Digital, brinquedoteca no HDP – Hospital Divina Providência, Conviver e Aprender Brincando, entre outros, ampliar parcerias com a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, Igrejas, ACI, ONGs, Escolas e outras Instituições;

e) retomar, constantemente, o sentido de utopia que, assimilado passa a todos uma certa leveza interpretativa, ao assegurar: "a Cidade Educadora é uma utopia para ser vivida, nunca realizada, nem adiada..."

Essa concepção de cidade educadora é forte incentivo ao tema deste artigo porque "a Cidade Educadora é, com certeza, uma utopia que permite às cidades superarem o estigma com que o mundo urbano foi atingido, pois encerra um convite à superação da rotina, do consumismo, da solidão e da violência, em favor da criatividade, da participação e da comunicação pela via do reconhecimento da educação como um contexto e como um projeto".

As ações acima, entre outras "despertarão a valorização da Educação para a cidadania como forma de envolver o aluno, dentro e fora da escola, como agente participante de um projeto social transformador, mediante a vivência de estratégias bem claras e definidas. (Zitkoski, 2000, p. 34-36).

Relevância do Tema

As constantes e rápidas mudanças nos setores econômicos e culturais da sociedade afetaram profunda e significativamente o contexto familiar e escolar e o relacionamento entre pais e filhos, alunos e escola, com reflexos na escolaridade e na aprendizagem.

A busca constante de trabalho, a influência dos meios de comunicação, a facilidade de locomoção e o contato com novos modelos afetaram o convívio familiar e diminuíram a influência dos pais sobre os filhos e da escola sobre o aluno.

As novas teorias educacionais trouxeram novas conotações à educação, abandonando teorias tradicionais e assumindo posições mais críticas e voltadas para o social, portanto, para o *coletivo* – universo humano deste artigo.

Entretanto, essas mudanças que, a princípio, deveriam facilitar o desenvolvimento do ser humano, geraram conflitos que precisam ser enfrentados pela família e pela escola, entidades estas mais envolvidas com a educação, cientes de que valores considerados absolutos estão sendo questionados, abandonados e que modelos novos estão sendo assumidos, muitas vezes sem questionamento.

Nesse contexto, tanto a família quanto a escola agem à sua maneira, isoladamente, o que pode (e deve) ser modificado pela parceria de instituições e grupos, organizados sob os Princípios da Cidade Educadora, preferencialmente.

A família, apegada às suas raízes e costumes, passados de geração a geração, tenta incutir e vivenciar uma educação mais rígida e formal, enquanto os filhos, vivendo em um novo contexto, procuram libertar-se e buscam uma educação emancipadora, criando novos valores. Neste contraste de idéias surgem crises e preocupações quanto à educação de valores.

A escola, por outro lado, encontra sérias dificuldades, lutando por uma identidade e procurando adaptar-se ao contexto social e às novas teorias educacionais. Busca, muitas vezes, valores para oferecer aos alunos, como uma escola como queria Freire: "séria, curiosa, questionadora, crítica, criativa e, sobretudo, alegre e prazerosa" (Gadotti *et. al*, 2004, p.125), nem sempre logrando êxito até porque a sociedade atual vive uma das maiores crises de violência e agressividade, gerando um comportamento agressivo, delinqüente, inseguro e doentio.

Diante desta realidade, tanto a família quanto a escola buscam uma educação fundamentada em valores que forneçam o desenvolvimento da identidade e o exercício da cidadania, sem, por vezes, ter uma resposta adequada, capaz de levar a criança ao ajustamento consigo, em primeiro lugar, para viver em harmonia, na sociedade. Portanto "É necessário um resgate da significação dos valores, por parte da família e da escola, para que o homem possa construir sua identidade e desenvolver-se de maneira saudável." (Scapin, 1999, p.135).

Por isso, a escola deve ter em seu projeto pedagógico a idéia clara de valores, como aprendizagem atitudinal, para atingir a educação integral e, no seu planejamento, ações que ensejem a vivência desses valores, rumo à construção da cidadania, dentro e fora dela, como uma ação esperada e valorizada pela comunidade. Neste contexto, a escola passa à condição de Escola Cidadã que ganha um novo componente: "a comunidade Educadora que reconquista a escola no novo espaço cultural da cidade, integrando-a a este espaço, considerando suas ruas e praças, suas árvores, seus pássaros, seus cinemas, suas bibliotecas, seus bens e serviços, seus bares e restaurantes, seus teatros e igrejas, suas empresas e lojas... enfim, toda a vida que pulsa na cidade" (Gadotti *et. al*, .p 129). A escola, com isso, ganha nova vida e se transforma num novo território de construção de cidadania, bem de acordo com os princípios da Cidade Educadora e dos objetivos e metas dos Planos Decenal de Educação para Todos e Nacional de Educação. "Uma nova história de vida coletiva pode então começar" (Villar, 2001, p.9)

1970 – Novas marcas sobre Educação

Edgar Faure, nos anos 70, em seu relatório "Aprender a Ser" proclamou, par a par: **educação permanente e cidade educadora** sob o foco de que a educação, como direito humano prioritário e inalienável, é essencial para o acesso aos demais direitos, construindo valores solidários para a emancipação e para o exercício da cidadania.

Escola, sistemas educacionais, família, governos devem pontuar, sempre, a educação como educação com qualidade, o que, sem dúvida, está relacionado à eficiência dos sistemas educacionais, com sua equidade, pertinência e relevância das aprendizagens que se buscam, sobretudo através da escola, que, ao promover uma condição de aprendizado em que há entusiasmo nos afazeres, paixão nos desafios, compreensão entre os partícipes, ética nos procedimentos, está construindo a cidadania em sua prática.

Essa é uma escola que partilha desafios e que multiplica resultados, porque está envolvida em uma educação de qualidade entendida como a melhoria dos conhecimentos e a promoção de

atitudes e valores necessários à cidadania e à vida em comunidade. Comunidade esta que deve fechar espaços, sobretudo ineficientes dos sistemas educacionais, participando da construção de uma sociedade mais justa, sendo um ator indispensável à inauguração de uma nova etapa de desenvolvimento na região em que está inserida.

Essa é uma visão ampliada de educação e, neste contexto, o solo é fértil para que se construam capacidades endógenas, embasadoras de uma **cidade educadora**, espaço propício para o “aprender a Ser” e para uma formação continuada.

De Barcelona para o Mundo

A primeira cidade educadora, Barcelona teve início em 1990 (Gadotti, *et. al*, p.128), durante o Primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras. De lá, a experiência já está em andamento em mais de 200 cidades no mundo, na perspectiva da educação para a cidadania, mas uma cidadania emancipatória, principalmente nestes tempos neoliberais, vividos, sobretudo a partir dos anos 80 e toda a década de 90, aprofundando a crise social. Por isso, 1990 é o marco na discussão da temática da Cidade Educadora.

Barcelona estava, por muitas razões, bem situada para realizar um projeto ambicioso e rigoroso para converter a educação em um dos eixos estratégicos do desenvolvimento da cidade. Por um lado, a cidade é depositária de uma grande tradição educativa que a fez ser reconhecida em muitos momentos da história como um referencial educativo no plano nacional e internacional; e, por outro, Barcelona, nos últimos anos soube construir um modelo equilibrado entre crescimento econômico, transformação urbanística e bem-estar, coesão social e participação cidadã. E isso, em parte, foi possível por sua capacidade de projetar o futuro a partir de uma análise rigorosa da realidade...(Gómez-Granell e Vila, 2003, p. 44.)

No congresso referido, foi aprovada uma carta com 20 princípios básicos que devem formar o perfil educativo da cidade, assim elencados por (Gadotti *et al*, 2004, p.145).

“1) Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que a própria cidade oferece. Para que isso seja possível, dever-se-ão levar em conta todas as categorias, com suas necessidades particulares.

Será promovida a educação na diversidade, e para a compreensão, a cooperação e a paz internacional. Uma educação que evite excluir por motivos de raça, sexo, cultura, idade, incapacidade, condição econômica ou outras formas de discriminação.

2) As prefeituras executarão com eficiência o que lhes compete em matéria de educação, planejando uma política educativa ampla e de alcance global, com o fim de incluir nela todas as

modalidades de educação formal e as diversas manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzem na cidade.

3) A cidade enfocará as oportunidades de formação com visão global. O exercício das aptidões em matéria educativa será levado a termo dentro do contexto mais amplo da qualidade de vida, da justiça social e da promoção dos seus habitantes.

4) Com o fim de levar a cabo uma atuação adequada, os responsáveis pela política municipal de uma cidade deverão ter a informação precisa sobre a situação e as necessidades de seus habitantes. Neste sentido realizarão estudos, que manterão atualizados e tornarão públicos, e formularão as propostas concretas e de política geral que deles se derivem.

5) No âmbito das suas aptidões, a prefeitura deverá conhecer - motivando a inovação - o desenvolvimento da ação formativa realizada nos centros de ensino regulamentados pela sua cidade, sejam próprios ou nacionais, públicos ou privados, assim como o desenvolvimento das iniciativas de educação não-formal, nos aspectos de seu currículo ou objetivos que se referem ao conhecimento real da cidade e da formação e informação que seus habitantes devem obter, para se converter em bons cidadãos.

6) A prefeitura avaliará o impacto daquelas propostas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem mediação alguma; e, conforme o caso se tentará, sem dirigir, empreender ações que dêem lugar a uma explicação ou a uma interpretação razoável. Procurará fazer com que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia para a descoberta. Proporcionará, por isso, âmbitos de debates incluindo o intercâmbio entre cidades, com o fim de que seus habitantes possam assumir plenamente as novidades geradas pelo mundo urbano.

7) A satisfação das necessidades de crianças e jovens supõe, no que depende da administração municipal, oferecer a eles, bem como ao restante da população, espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural. O município, no processo de tomada de decisões, levará em conta o impacto das mesmas.

8) A cidade procurará fazer com que os pais recebam a formação que lhes permita ajudar a seus filhos a crescer e a fazer uso da cidade, dentro do espírito do respeito mútuo. Nesse mesmo sentido desenvolverá projetos para os educadores em geral e divulgará instruções às pessoas (particulares, funcionários ou empregados do serviço público), que nas cidades normalmente tratam com as crianças. Garantirá, assim, que os corpos de segurança e de proteção civil que dependem diretamente do município assumam tais instruções.

9) A cidade deverá oferecer a seus habitantes a perspectiva de ocupar um lugar na sociedade; assim sendo, será facilitada a assessoria necessária para sua orientação pessoal e vocacional e possibilitará sua participação numa ampla gama de atividades sociais. No terreno específico da relação educação - trabalho, é importante assinalar a estreita relação que deverá existir entre os planejamentos educativos e as necessidades do mercado de trabalho. As cidades definirão

estratégias de formação que levem em conta a demanda social e, sendo assim, haverá uma cooperação com as organizações de trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho.

10) As cidades deverão se conscientizar dos mecanismos de exclusão e marginalidade que as afetam e das modalidades que revisem e desenvolvam as intervenções de compensações adequadas. Terão um cuidado especial na atenção às pessoas recém-chegadas, imigrantes ou refugiados que tenham o direito de sentir com liberdade esta cidade como sua própria.

11) As intervenções que serão encaminhadas para resolver as desigualdades podem adquirir formas múltiplas, porém, deverão partir de uma visão global da pessoa, de um modelo configurado pelos interesses de cada uma delas e pelo conjunto de direitos que concernem a todos. Qualquer intervenção significativa supõe a garantia, através da específica responsabilidade, da coordenação entre as administrações implicadas e entre os serviços dessas administrações.

12) A cidade estimulará as associações, com a finalidade de formar os jovens para que tomem decisões, canalizando atuações a serviço de sua comunidade e obter e difundir informações, materiais e idéias para promover seu desenvolvimento social, moral e cultural.

13) A cidade educadora deverá dar uma formação efetiva às pessoas sobre a informação. Deverá estabelecer instrumentos úteis e linguagem adequada para que seus recursos estejam ao alcance de todos num plano de igualdade. Assim, será comprovado que a informação concerne verdadeiramente aos habitantes de todos os níveis e idades.

14) Se as circunstâncias forem necessárias, irão encontrar pontos especializados de informação e de auxílio e, se for o caso, de um consultor.

15) Uma cidade educadora haverá de saber encontrar, preservar e apresentar sua própria identidade. Assim sendo, ela será considerada "única", e será a base para um diálogo fecundo com seus habitantes e com outras cidades. O valor dado aos seus costumes e a sua origem não de ser compatíveis com a forma de vida internacional. Deste modo poderão oferecer uma imagem atrativa sem desvirtuar seu entorno natural e social.

16) A transformação e o crescimento de uma cidade deverão estar precedidos pela harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam claras referências de seu passado e de sua existência. O planejamento urbano deve levar em conta o grande impacto do entorno urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na interação de suas aspirações pessoais e sociais e deverá atuar contra a segregação das gerações, as quais têm muito a aprender umas das outras. A organização do espaço físico urbano deverá colocar em evidência o reconhecimento das necessidades de jogos e lazer e propiciar a abertura para outras cidades e para a natureza, levando em conta a interação entre elas e o restante do território.

17) A cidade deverá garantir a qualidade de vida a partir de um meio ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com seu meio natural.

18) A cidade irá favorecer a liberdade e a diversidade cultural. Deverá acolher tanto as iniciativas de vanguarda como a cultura popular. Irá contribuir para corrigir as desigualdades que surjam na promoção cultural produzidas por critérios exclusivamente mercantis.

19) Todos os habitantes da cidade têm o direito a refletir e a participar na construção de programas educativos e a dispor de instrumentos necessários para poder descobrir um projeto educativo na estrutura e no regime de sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que ofereça, nas festas que organize, nas campanhas que prepare, no interesse que manifeste com respeito a eles e na forma em que os escute.

20) Uma cidade educadora não segregará as gerações. Os princípios anteriores são o ponto de partida para poder desenvolver o potencial educador da cidade de todos seus habitantes. Esta carta, portanto, deverá ser ampliada com os aspectos não tratados nesta ocasião”.

Pontos Básicos para um Projeto de Cidade Educadora

O *primeiro ponto* trata do conceito de cidade educadora. O *segundo*, da crise das cidades e da própria civilização contemporânea e também da crise da educação formal, a educação pensada apenas na perspectiva de escola ou de instituições escolares. Essa forma de pensar e organizar a educação também entra em crise porque a crise da cidade ou do modelo de civilização em que a maioria das pessoas está concentrada nas cidades, vivendo problemas cada vez mais graves, cada vez mais complexos, não apresenta soluções. O *terceiro ponto* converge mais para a necessidade de construir alternativas, não só analisar pelo diagnóstico da crise ou da realidade, mas como construir, como é possível construir alternativas com a perspectiva da Cidade Educadora.

No primeiro ponto, destaca-se a utopia da cidade como projeto educativo. Quer dizer: a cidade em todos os seus espaços, em todo o seu território e em todas as oportunidades de coexistência humana pode se tornar, potencialmente educativa. Então, a educação não é só escolar ou institucionalizada, porque muitas outras formas de organização, ou de se projetar a vida humana na sociedade, podem ser construídas, apostando na criatividade humana, na vontade de repensar a nossa existência na sociedade. Daí a utopia de uma cidade toda, sendo envolvida por um projeto educativo sob os Princípios de Cidade Educadora. Todos os agentes sociais, nessa perspectiva, deveriam trabalhar em prol da educação. É um desafio da educação escolar ser intencionalmente projetada a mobilizar também novos processos de educação. A escola, pois, não deve estar fora dessa perspectiva. Então, como articular o ambiente escolar e políticas públicas para que a cidade se torne um espaço constante, contínuo de educação, cultura e cidadania?

Esse é o desafio a que se propõe a Rede Mundial de Cidades Educadoras (AICE), que é a Organização que tem origem em Barcelona em 1990, que tem uma organização em cada Continente com uma cidade que é a líder, que é a que assessora as novas cidades interessadas em pertencer a essa Rede. Por exemplo, na América Latina, a Cidade de Rosário, na Argentina, é a sede da Cidade Educadora para a América Latina. Na Europa, é a própria Cidade de Barcelona.

A AICE surgiu do convencimento de que uma Cidade Educadora precisa se relacionar com outras, de modo a poder dialogar, refletir, colaborar em projetos e ações concretas e a encontrar os necessários elementos de controle e avaliação das diferentes propostas e atividades. Tem como objetivos: **cumprir os Princípios enunciados na Carta de Barcelona; dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais; impulsionar colaborações e ações concretas entre as cidades; aprofundar o discurso das 'Cidades Educadoras' e as suas manifestações concretas.**

No Brasil: Porto Alegre, Curitiba, Caxias do Sul, Alvorada, São Paulo, Cuiabá e várias outras, comprovam que o projeto de cidades educadoras ganha o País " e quer transformar cada Cidadão em professor" (Fialcoff, 1999).

A Figura 1 registra as primeiras Cidades Educadoras no Brasil.



Fonte: http://www.educarede.org.br/educa/revista_educarede/img_conteudo/1640_mapadobrasil_cidadeseducadoras.jpg

É oportuno destacar que a educação deve voltar-se, na essência, para a cidadania, uma cidadania emancipatória e que o ponto de partida para começar a articular e mobilizar um projeto de Cidade Educadora, é o poder Executivo Municipal. Não é a Prefeitura sozinha que vai desenvolver projetos, nem a mobilização deve ficar só a partir da Secretaria da Educação. Deve ocorrer articulação das várias Secretarias, sob uma vontade política definida de quem está no comando das políticas públicas municipais. Nesse sentido, as ações podem ir evoluindo para a mobilização dos diferentes agentes sociais; todas as instituições já organizadas ou outras ainda que poderão ser criadas no sentido de organizar a sociedade civil.

Assim, a cidade organiza-se de forma participativa, democrática, na perspectiva da cidadania emancipatória, não apenas da cidadania formal.

Percebe-se que a Cidade Educadora coloca em discussão que a cidade tem que estar em função das pessoas e de toda a população.

- Essa é, pois, uma primeira discussão de fundo sobre um projeto de cidade educadora que, segundo (Cabezudo, 2004, p 2):

"...é aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Neste espaço, todos os espaços são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, Shopping, e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo o tipo de conhecimento. Ela integra estes tipos de educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida."

O segundo ponto registra impasses vividos pelas cidades contemporâneas. Por isso " se a cidade continuar a ser projetada apenas na lógica do mercado, do comércio, que é a tendência hegemônica no contexto da cidade contemporânea, ela se torna cada vez mais inviável, porque a **maioria das pessoas está sofrendo a cidade**; não está vivendo com qualidade de vida".(Zitkoski, 2004)

É um desafio muito grande para cada cidade, principalmente num conjunto como evoluem as cidades maiores e as cidades médias que crescem cada vez mais por um processo de concentração. Até em cidades menores há uma lógica, uma certa racionalidade que o próprio mercado, a própria valorização econômica, numa perspectiva de mercado, impõe para seu ritmo de vida. Nessas talvez seja menos visível, ou seja, menos preocupante o estilo de vida estressante, violento, inseguro das grandes cidades, ou das cidades médias. Vive-se, portanto, especialmente por problemas econômicos, o tipo de civilização pensada na ótica do mercado – cada família, cada pessoa, procura trabalhar para ter uma renda, para conseguir um "status", deixando claro que nesse contexto muitos vínculos comunitários romperam.

Mas, a maior crise hoje da humanidade não é tanto a questão material, ou o avanço na ciência, que, ao contrário, faz muito bem. A crise é a ruptura dos vínculos comunitários e nas relações humanas que vão se movendo, desumanizando-se num processo a partir do estilo de vida em sociedade.

É por isso que a cidade, sob os princípios de Cidade Educadora, pode se transformar em um lugar de encontro para viver uma cidadania solidária e desenvolver o *ethos* comunitário. A vida humana e a cidade não precisam continuar vivendo uma crise civilizatória; um processo de desumanização no qual, cada vez mais, as pessoas, as relações humanas e todo o processo de convivência social passam a sofrer e a revelar a crise mais profunda da civilização contemporânea.

Daí a importância de transformar a lógica vivencial opressora a partir daquilo que a cidade já tem construído pelas instituições sociais, culturais e educacionais.

Assim, a crise da cidade e a crise da educação formal constituem-se, um pouco, em uma primeira justificativa ou razão da proposta de Cidade Educadora porque o modelo de cidade urbano-industrial, que é um modelo que vem se radicalizando, desde a revolução industrial, aproximadamente há 250 anos atrás, é um modelo que impõe um ritmo mais acelerado para as pessoas saírem do campo e irem para a cidade. E esse modelo vem se agravando cada vez mais. No Brasil, por exemplo, há 50 anos atrás, 50% da população vivia no campo e 50% na cidade. Hoje já está 80% na cidade e 20% no campo, aproximadamente. Ocorreu um ritmo muito acelerado de êxodo rural, numa total falta de política para isso. As cidades, em geral, não têm política pública para, por exemplo: se o impacto da mecanização da agricultura e pecuária é tão forte que dispensa a mão-de-obra antes utilizada, qual a política que têm para as pessoas, as famílias que chegam a elas, preparando-as melhor para ter um espaço e uma vida digna? Ocorre uma total falta de política pública para a educação e a moradia e as pessoas vão sendo jogadas nas favelas, nas vilas e o cinturão de miséria vai se avolumando. Então, esse processo entra em crise e está em colapso hoje. O problema da violência, por exemplo, é um problema cuja causa é a exclusão social - a grande exclusão social. Devido a esse processo violento, desordenado de migração das pessoas do campo para a cidade e devido a não ter políticas para isso, as cidades passaram a não ter projetos, não só na área da educação, mas em um conjunto de políticas públicas, surgindo um modelo de cidade que hoje se torna inviável, mas que pode ser revertido com a soma de educação formal, educação não formal e políticas públicas condizentes.

Aqui é que entra o desafio: a complexidade dos problemas sociais é tão grande que não dá para pensar que a educação formal poderá resolver sozinha esses problemas.

O terceiro ponto é o mais concreto dentro do projeto de Cidade Educadora, pois apresenta perspectivas de mudança a partir do repensar a educação como uma perspectiva de toda a sociedade.

A vontade política do Executivo ou do Legislativo oportuniza construir uma discussão, sobretudo se esta tiver a contribuição de Universidades e outras Instituições e grupos socioculturais, construindo uma outra cultura, uma outra visão, na perspectiva de ampliar as políticas públicas colocadas para o processo de cidadania.

Essa questão da Cidade Educadora deve ser introduzida, inicialmente, pelos educadores, que acreditam que a educação tem um papel social muito importante. O ponto de partida não é, pois, só a intencionalidade do projeto, mas um papel social e espaços ou mecanismos concretos para poder avançar em termos de políticas educacionais.

A questão do planejamento educacional de uma cidade, como projeto educativo, demanda ainda muitas discussões, não só discussões teóricas, mas pesquisas da realidade concreta, para registrar e conhecer, de forma mais sistemática, projetos que estão sendo praticados e a visão política dos municípios e escolas da região. Porque, muitas vezes, fica-se mais com o senso comum, naquela cultura educacional pedagógica que tradicionalmente já foi ou está sendo desenvolvida, e não são vistas outras possibilidades.

Outro ponto fundamental é a construção de políticas públicas com uma visão interdisciplinar. **Todas as Secretarias do Município devem trabalhar em educação.** Por exemplo, em projetos que articulam cinco ou seis Secretarias Municipais, trabalhando o mesmo projeto na perspectiva de Educação Ambiental, na formação cultural, no esporte, no lazer, na saúde. Podem ser projetos em que a escola se articula com a Secretaria Municipal da Educação e da Cultura e a do Esporte, não sendo apenas liderados pela escola, mas por um grupo de assessorias, recursos humanos, trabalhando para efetivar a execução dos mesmos.

A cidadania, a construção de uma cultura cidadã, é um processo dialético, conflituoso, lento, que vai demandar um esforço e uma avaliação constantes do que tem que se desenvolver, em cada realidade social concreta, mas essa perspectiva da educação perpassar diferentes agentes sociais e mobilizar a população de cada localidade, de cada comunidade, podendo engajar diferentes Secretarias Municipais, diferentes setores da sociedade numa intervenção concreta na realidade é uma perspectiva realmente promissora no sentido de **mudar a cultura e mudar a vida concreta das pessoas para melhor.**

A questão da participação cidadã na construção da cidade é um desafio que está colocado para todas as cidades do mundo e, principalmente, para as sociedades ocidentais que se vangloriam muito porque experienciaram ou vêm experienciando uma "democracia" e até criticando os países de outras culturas que não têm democracia

Na essência, trata-se de uma nova visão de educação.

É fundamental, por isso, reconhecer que a crise da educação formal não reside só no modelo que temos, mas que, via de regra, parte, sobretudo, de conhecimentos. Conhecimentos que a comunidade acumulou e apenas repassa para as novas gerações. O que não basta. É preciso trabalhar, por exemplo, numa perspectiva de reconstrução ou numa perspectiva de aprender a partir da realidade. Construir conhecimentos inovadores, criativos, desenvolvendo as grandes dimensões da pessoa humana, do educando, numa perspectiva de que ele possa construir sua autonomia coletivamente, engajando-se em grupos, em projetos e ações sociais. Considera-se preocupada a crise da educação porque a escola, pelas políticas públicas da educação, pode estar apenas preocupada em formar indivíduos que viram peças do sistema.

Esse tipo de educação entra, cada vez mais, em uma crise mais profunda porque os próprios educadores vão, aos poucos, desencantando-se, não encontrando mais ânimo, vontade e desejo de trabalhar, porque não vêem bons frutos no seu trabalho.

Pergunta-se: - Como reencantar a educação nos tempos de hoje, que são tempos de crise profunda da sociedade e das instituições formalmente organizadas?

Certamente será a partir da cidade, da realidade social que temos nas comunidades locais para discutir qual seria o futuro, o papel da educação, dos educadores, da cidadania em termos de enfrentar as realidades sociais.

A proposta "Aprender a cidade, aprender na e da Cidade", (Galeano, 2004, p. 40/43) não como uma receita, mas como instrumento para propor uma estratégia com a qual a cidade desenvolva linhas de ação da pedagogia urbana, chama a atenção, pois para o autor "aprender a cidade faz desta objeto de aprendizagem, enquanto aprender *na cidade* a coloca como espaço/contexto e aprender *da cidade* a inscreve como agente educativo.

Em outras palavras, urge reaprender juntos as coisas que já se cultiva - os vínculos comunitários, os projetos comunitários coletivos, que podem ser uma perspectiva de soluções viáveis para vários problemas. É por isso que a participação cidadã, o cultivo de novas sociabilidades, a questão dos intercâmbios e a AICE são possibilidades que se colocam para se projetar as cidades em redes, **partindo sempre de que alguém tem que mobilizar**. Esta é, talvez, a questão mais complexa ou desafiadora, porque:

- *Quem vai ser o mobilizador de uma cidade educadora? Por onde começar? Qual o perfil atual desta cidade? Como deverão ser recriados seus espaços educativos?*

Considerações Finais

A Cidade Educadora é uma cidade com personalidade própria, integrada no País onde se encontra, sem se fechar em si mesma, que se relaciona com seu entorno: outros núcleos urbanos do seu território e cidades parecidas de outros países, com o objetivo de aprender, de trocar experiências, enriquecendo a vida de seus habitantes, cõscios de que educar, sendo uma tarefa específica da escola e da família, é, antes de tudo, uma responsabilidade da sociedade no seu todo e na totalidade da sua ação no espaço e no tempo. São as pessoas que dão vida à cidade. Vida esta que pode ser boa ou repleta de aspectos negativos. Por isso, Baptista enfatiza:

Entre a escola, o bairro, a habitação, o clube desportivo, a associação cultural e recreativa, o local de trabalho ou de lazer, há que estabelecer uma corrente de interacção humana capaz de dar sentido ao quotidiano das pessoas e, assim, influenciar positivamente as suas trajectórias de vida. Estaremos, então, a contribuir para a criação de espaços que, pela sua densidade antropológica, podem servir para ajudar a despertar a vocação humana para a transcendência e, nessa medida, funcionar como verdadeiros laboratórios de laços sociais onde a vinculação ética ao outro tenha a marca da solicitude mútua, do respeito e da sensibilidade. Potenciado em práticas de autêntica relação social, o reconhecimento intersubjectivo surge-nos como condição de convivência, de paz e solidariedade. Valores estes que, como sabemos, o mundo contemporâneo reclama, com urgência.

Por conter, pois, um amplo leque de iniciativas educadoras, de origem de intenções e responsabilidades diversas, Frederico Westphalen engloba instituições formais e não formais com objetivos pedagógicos pré-estabelecidos, oferecendo, todo o seu potencial para que seus habitantes aprendam com ela a realizar ações, melhorando as condições de qualidade de suas

vidas, sobretudo porque, na medida em que toda a cidade, toda a comunidade se envolver com a política educativa, aumentarão as possibilidades de projetos educativos e inovadores de ação social como, por exemplo:

- Políticas públicas para a infância - *o início de muitas luzes*
- Educação de valores e vivências de acordo com os princípios de uma cidade educadora
- Escola aberta – cultura, lazer, música, esporte e experiência;
- Terceira idade: *a voz da experiência; ações interdisciplinares*
- Mapa da cidade – pontos luminosos/ positivos
- Uso racional do solo, partindo do centro da cidade... um território educativo
- Crescimento populacional nos bairros: *de onde vieram? Amam a cidade?*
- Relato de experiência: oral/escrito – *um espaço de autoria*
- A melhoria da saúde da cidade e dos cidadãos
- Rede local para a paz
- Cidade Educadora - *uma relação a aprofundar*

Mundialmente, no movimento cidade educadora, o foco na criança, com os mais variados projetos, avança de forma expressiva tudo fazendo crer que os projetos, já desenvolvidos em Frederico Westphalen, pela URI, pela administração municipal e por outras Instituições, poderão ser o ponto de partida para projetar a cidade como Cidade Educadora.

Referências

ACSELRAD, H. (org.), 2001. *A duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A

BAPTISTA, I. 2003. *De uma Cidade educativa a uma cidade educadora: O lugar da escola*. Acessado em 20 de abril de 2005, disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2766>

BRASIL. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, MEC.

BRASIL. 2001. *Plano Nacional da Educação*. Brasília, Imprensa do Congresso Nacional.

CABEZUDO, A. *A cidade que educa*. Acessado em 20 de dezembro de 2004, disponível em [www.uol.com.br Folhaonline](http://www.uol.com.br/Folhaonline) – Sinapse

DEMO, P. 1999. *Participação é conquista*. 4ª ed., São Paulo, Cortez.

FIALCOFF, D. 1999. Eu Educo, Tu educas. *In: Jornal Extra*. Porto Alegre, Sinpro.

GADOTTI, M. et al. 2004. *Cidade Educadora: Princípios e Experiências*. São Paulo, Cortez

GALEANO, E. 2004. Pedagogia Urbana: quadro conceitual da Cidade Educadora, *In: GADOTTI et al. Cidade Educadora: Princípios e Experiências*. São Paulo, Cortez.

GÓMEZ-GRANELL, C.G. e VILA, I. (org.), 2003. *A Cidade como Projeto Educativo*. Porto Alegre, Artmed

TOLEDO, L. et al (org.), 2004. *Cidade Educadora: A Experiência de Porto Alegre*. São Paulo, Cortez.

SCAPIN, I. Os valores segundo a natureza humana *In: A. VIDOR e V. A. SEIBERT 1999. Natureza Humana e Educação*, Frederico Westphalen, URI.

VILLAR, M. B. C. 2001. *A Cidade Educadora - Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa, Instituto Piaget.

ZITKOSKI, J. J. 2000. *Horizontes da fundamentação em educação popular: um diálogo entre Freire e Habermas*. Frederico Westphalen, URI.

ZITKOSKI, J. J. *Educação na perspectiva da Cidade Educadora*, Entrevista. Frederico Westphalen, URI, 24 de outubro de 2004.